



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

016. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** Sob o aspecto material, é correto afirmar que Constituição é
- (A) um conjunto de normas jurídicas elaboradas de maneira especial e solene.
 - (B) o conjunto de normas organizacionais de determinada sociedade política.
 - (C) a norma considerada fundamental e sua modificação ou supressão implica a modificação ou supressão da própria comunidade jurídica.
 - (D) o conjunto juridicizado de forças sociais, políticas, econômicas, religiosas e ideológicas que configuram determinada sociedade.
 - (E) a composição interna do Estado, que pode estar na própria Constituição, em leis ou outros atos normativos inferiores.
- 02.** A respeito do Mandado de Segurança, é correto afirmar que
- (A) entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança coletivo mesmo que a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
 - (B) pode ser impetrado por pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, em defesa de direitos individuais e na defesa de interesses outros não caracterizáveis como direito subjetivo.
 - (C) parlamentar não tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de leis e emendas constitucionais que não se compatibilizam com o processo legislativo constitucional.
 - (D) em relação ao seu objeto, tal instrumento processual, na qualidade de ação coletiva, busca proteger os direitos coletivos, excetuando os direitos individuais simples ou homogêneos.
 - (E) Estado-membro dispõe de legitimação para propor mandado de segurança coletivo contra a União em defesa dos interesses da população residente na unidade federada.
- 03.** Nos termos da Constituição Federal, a respeito da inconstitucionalidade, é correto afirmar que
- (A) quase sempre a inconstitucionalidade formal é uma questão puramente de Direito, porque adstrita à análise jurídica da compatibilidade entre os conteúdos normativos.
 - (B) na denominada inconstitucionalidade material, em que se analisam aspectos extrínsecos à lei e seu procedimento de elaboração, a comparação acontece entre duas normas, e não entre fatos e a Constituição.
 - (C) toda inconstitucionalidade formal representa um caso de incompetência constitucional do órgão legislativo, seja ela direta ou indireta.
 - (D) somente pelo voto da maioria relativa de seus membros ou da maioria absoluta dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.
 - (E) somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.
- 04.** A Constituição Federal, sobre o Poder Legislativo, estabelece que
- (A) é de competência exclusiva do Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
 - (B) salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
 - (C) é de competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
 - (D) os Deputados e Senadores, desde a posse, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (E) é de competência privativa da Câmara dos Deputados julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

05. Entre os direitos e garantias fundamentais encontra-se o direito à imagem que, nos termos da doutrina,

- (A) não é um direito com âmbito de proteção autônomo, mas ligado à vida privada do indivíduo, com forte dependência do direito à intimidade.
- (B) visa à proteção da honra, reputação ou intimidade pessoal, desde que esses atributos tenham sido atacados, expostos e distorcidos.
- (C) é protegido não apenas contra a divulgação, sem autorização do titular, para fins comerciais, mas envolve proteção bem mais ampla, digna de seu enquadramento na esfera dos direitos de personalidade.
- (D) não se refere à proteção da imagem-retrato, mas da imagem-atributo, pois está ligada à imagem social da pessoa e à falsificação de sua personalidade.
- (E) não implica prestações positivas de proteção por parte do Estado, especialmente na esfera da organização e procedimento, onde a exposição pública, por si só, afasta essa proteção.

06. A respeito da Comunicação Social, a Constituição Federal determina que

- (A) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de doze anos, em qualquer meio de comunicação social.
- (B) a não-renovação da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens dependerá de aprovação de, no mínimo, três quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.
- (C) lei complementar estadual deverá regular diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar as faixas etárias a que não se recomendam, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.
- (D) a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de quinze anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, ainda que sua sede se encontre em país estrangeiro.
- (E) os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

07. A Constituição consagra as regras para a formação e alteração de circunscrições municipais, e dentre outras está a

- (A) exigência de lei complementar federal, que determinará o período dentro do qual poderá ser realizada a alteração.
- (B) publicação dos estudos de viabilidade municipal, os quais são facultativos e prescindem de lei.
- (C) realização de referendo, devendo haver a concordância posterior da população diretamente afetada para a delimitação geográfica do Município.
- (D) realização de plebiscito que, se favorável, demandará a edição de lei complementar estadual para a criação do Município.
- (E) vinculação do legislador, quando favorável o plebiscito, ficando o Poder Executivo impedido de vetar a lei.

08. Nos termos da doutrina existente, improbidade administrativa na Administração Pública

- (A) viola o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral.
- (B) é uma especial ou qualificada forma de imoralidade.
- (C) apresenta características próprias, inconfundíveis com as características do detentor do poder.
- (D) é a consagração da responsabilidade objetiva do Estado, sem a necessidade de comprovação de dolo ou culpa do agente que tenha dado causa ao dano.
- (E) é a discriminação infundada, baseada em questões de ordem pessoal dos envolvidos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

09. A respeito das Parcerias Público-Privadas (PPP), assinale a alternativa correta.

- (A) É ilegal prever remuneração variável pelo parceiro público ao parceiro privado vinculada ao seu desempenho.
- (B) A legislação exige a repartição objetiva de riscos, ordinários e extraordinários, o que não significa compartilhamento equânime dos riscos.
- (C) A repartição objetiva dos riscos altera diretamente o regime da responsabilidade civil inerente à prestação do serviço público.
- (D) Não é admitida a participação direta dos autores ou responsáveis pelos projetos, básico ou executivo, nas licitações e execução das obras ou serviços em PPP.
- (E) O Fundo Garantidor de Parcerias possui natureza pública, patrimônio separado dos cotistas e deve ser administrado por instituição financeira controlada pela União.

10. Suponha que o Município de São José dos Campos de-seja desapropriar, por razões de utilidade pública, um imóvel localizado na zona urbana da cidade e que per-tence a Maria. Após a fase declaratória do procedimento para consumação da desapropriação, iniciou-se a fase executória e o Poder Público ofereceu proposta a Maria, mas ela não concordou. Em face da impossibilidade do acordo na via administrativa, o Município de São José dos Campos propôs ação judicial de desapropriação em face da proprietária do bem. Visando promover o inte-resse público, o Poder Público deseja imitar-se provisoriamente na posse do bem ainda no curso do processo judicial. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) a imissão provisória na posse pressupõe urgência e depósito prévio. Cabe ao Município avaliar discricionariamente a urgência na imissão provisória e ao Judiciário analisar o ato que alegou urgência, sendo lícito ao juiz substituir o mérito administrativo.
 - (B) após alegar a urgência, que poderá ser renovada pelo tempo necessário, o Poder Público tem o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta dias) para re-querer a imissão provisória.
 - (C) para que a declaração de urgência com fins de imi-são provisória na posse seja considerada como vá-lida, deve ser realizada exclusivamente no próprio decreto expropriatório.
 - (D) de acordo com o entendimento do STJ, o depósito judicial do valor simplesmente apurado pelo corpo técnico do ente público, sendo inferior ao valor arbi-trado por perito judicial e ao valor cadastral do imó-vel, não viabiliza a imissão provisória na posse.
 - (E) Maria poderá levantar, independentemente de con-cordância do Município de São José dos Campos, até 70% (setenta por cento) do depósito efetivado com fins de imissão provisória na posse.
11. A respeito da Requisição, Servidão Administrativa e Tom-bamento, assinale a alternativa correta.
- (A) As servidões administrativas podem incidir sobre bens imóveis, móveis e direitos.
 - (B) As requisições administrativas incidem sobre bens móveis ou serviços de particulares, não podendo incidir sobre bens imóveis.
 - (C) De acordo com o STJ, como não há dispositivo ex-presso proibindo a hierarquização para o tomba-mento, os municípios podem tomar bens públicos estaduais.
 - (D) O tombamento pode ser voluntário ou compulsório, mas não pode ser instituído de ofício.
 - (E) O tombamento geral ou global depende da individua-lização de todos os bens no ato do tombamento e exige a prévia notificação de cada proprietário, de acordo com o STJ.
12. Suponha que após regular trâmite de um processo administrativo foi aplicada a Gustavo, parte no processo, sanção por meio de uma decisão administrativa. Consi-derando o disposto na Lei Federal nº 9.784/99, é correto afirmar que
- (A) Gustavo poderá interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, o qual, salvo disposição le-gal em contrário, tem efeito suspensivo e não admite retratação.
 - (B) os únicos legitimados a interpor recurso administrai-vo são os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo.
 - (C) caso Gustavo interponha recurso perante órgão in-competente este não será conhecido e haverá au-tomática preclusão consumativa, impedindo-o de interpor novamente o recurso diante da autoridade competente.
 - (D) se surgirem fatos novos suscetíveis de demonstrar a inadequação da sanção aplicada a Gustavo, a coisa julgada administrativa formada impedirá a revisão do processo administrativo com o fim de minorar a san-ção imposta.
 - (E) caso Gustavo interponha o recurso fora do prazo, este não será conhecido, mas tal fato não impedirá a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.
13. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa que está de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- (A) Nas ações indenizatórias decorrentes da responsa-bilidade civil objetiva do Estado, é obrigatória a de-núnciação à lide.
 - (B) A responsabilidade civil pelo dano ambiental é sub-jetiva e subsidiária, mormente quando há omissão do dever de controle e de fiscalização por parte do ente público.
 - (C) O Estado responde subjetivamente pela integridade física de detento em estabelecimento prisional.
 - (D) O Estado responde civilmente por atos ilícitos prati-cados por foragidos do sistema penitenciário, ainda que os danos não decorram direta ou imediatamente do ato de fuga.
 - (E) Em caso de ato ilícito cometido por agente público, o termo inicial do prazo prescricional para ajuizamen-to de ação indenizatória em face do Estado se dá a partir do trânsito em julgado da sentença penal con-denatória.

14. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00).
- (A) Integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.
 - (B) É permitida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
 - (C) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades.
 - (D) Admite-se a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.
 - (E) Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos não integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.
15. Os Municípios A, B, C e D localizados em um mesmo estado da federação brasileira desejam instituir um consórcio público. Nesse caso, de acordo com o Decreto Federal nº 6.017/07, é correto afirmar que
- (A) no protocolo de intenções não é necessário haver prévia definição do número de votos que cada ente da Federação consorciado possui na assembleia geral.
 - (B) o contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções e a demora na ratificação não poderá ser penalizada.
 - (C) se o consórcio público se revestir de personalidade jurídica de direito privado, dispensa-se a observação das normas de direito público no que concerne à admissão de pessoal.
 - (D) os municípios A, B, C e D consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.
 - (E) os entes consorciados, isolados, não são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.
16. A respeito do tema Contratos Administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) É possível a exigência de garantia em casos de alienações de bens por parte da Administração Pública.
 - (B) O ordenamento jurídico pátrio admite a celebração de contratos administrativos não escritos.
 - (C) Caso particular execute serviço em favor da Administração sem ter por base contrato administrativo, esta não deverá realizar qualquer pagamento em razão da atividade.
 - (D) A inadimplência do contratado, com referência aos encargos previdenciários não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
 - (E) A Administração responderá de maneira objetiva pelos danos causados pelo contratado a terceiros.
17. Considerando o contrato de seguro de um veículo automotor e a transferência deste para outro proprietário, sem a prévia comunicação à seguradora, havendo colisão, indique a alternativa correta.
- (A) O contrato de seguro é considerado extinto, devendo a seguradora devolver parcialmente o valor do prêmio, se o caso.
 - (B) Se, com a transferência, houve efetivo agravamento do risco, a seguradora se exime do dever de indenizar.
 - (C) A transferência do veículo pressupõe a transferência das partes contratantes do seguro, desde que o novo adquirente mantenha o pagamento do prêmio.
 - (D) Para que o contrato se mantenha válido, necessário se faz que a seguradora seja notificada por escrito.
 - (E) Com a transferência do veículo e mantido o contrato, tanto o alienante, quanto o alienado tem interesse legítimo a receber eventual indenização.
18. A fiança prestada por fiador convivente em união estável, sem a outorga uxória do outro companheiro,
- (A) é nula de pleno direito.
 - (B) é anulável em qualquer situação.
 - (C) é inexistente.
 - (D) é anulável, desde que provado prejuízo.
 - (E) não é nula, nem anulável.
19. A pessoa jurídica de direito público
- (A) pode sofrer dano moral, desde que, apenas, seja demonstrada ofensa à sua honra objetiva.
 - (B) pode sofrer violação de dano moral, atingida em seus direitos objetivos e os subjetivos.
 - (C) pode pleitear indenização de dano coletivo, desde que represente a violação a um dano social.
 - (D) não é titular de indenização por dano moral relacionado à ofensa de sua honra ou imagem.
 - (E) não sofre violação de direitos objetivos ou subjetivos, posto que é um ente sem personalidade própria.

20. A quitação dada ao pagamento em escritura pública de compra e venda, mas que efetivamente não ocorreu gera
- (A) nulidade do contrato.
 - (B) inexistência do contrato.
 - (C) rescisão do contrato.
 - (D) presunção absoluta de pagamento.
 - (E) presunção relativa de pagamento.
21. Nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em
- (A) caso de erro grosseiro.
 - (B) caso de culpa, em qualquer modalidade, ou dolo.
 - (C) solidariedade com seu superior hierárquico.
 - (D) caso de culpa, por decisões e por dolo em relação a sua opinião técnica.
 - (E) nenhuma situação, por ser atribuição de sua atividade.
22. O fato jurídico, para o Código Civil, pode ser provado mediante
- (A) presunção.
 - (B) interceptação telefônica.
 - (C) busca e apreensão.
 - (D) inspeção judicial.
 - (E) prova emprestada.
23. A renúncia à decadência legal é
- (A) válida.
 - (B) inexistente.
 - (C) impossível.
 - (D) anulável.
 - (E) nula.
24. Maria foi vítima de um ato libidinoso praticado por terceiro, estranho ao contrato de transporte, dentro de ônibus municipal urbano. Diante deste fato, a empresa de transporte
- (A) não responde se não houver culpa ou dolo de seus prepostos, atuando no referido ônibus.
 - (B) não responde por ato ilícito cometido por terceiro e estranho ao contrato de transporte.
 - (C) responde subjetivamente pelo dano, desde que demonstrado que ocorreu dentro do referido ônibus.
 - (D) Responde apenas pelos danos que forem objetivamente demonstrados pela passageira que se sentiu lesada.
 - (E) responde em qualquer situação, seja por culpa ou dolo de seus prepostos, cabendo a ela demonstrar que não houve dano.
25. Acerca das hipóteses de recorribilidade das decisões interlocutórias por meio do recurso de agravo de instrumento, pode-se corretamente afirmar que
- (A) somente nas hipóteses expressamente previstas no Código de Processo Civil é possível o manejo do agravo de instrumento.
 - (B) somente nas hipóteses expressamente previstas no Código de Processo Civil ou em lei especial é possível o manejo do agravo de instrumento.
 - (C) o rol das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento é meramente exemplificativo, sendo possível o uso do recurso sempre que houver prejuízo à parte.
 - (D) é admissível a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
 - (E) havendo verossimilhança das alegações do recorrente, é possível ponderar o princípio da taxatividade das hipóteses de cabimento de agravo com o princípio da efetividade da jurisdição.
26. Foi impetrado mandado de segurança contra decisão judicial. Entretanto a decisão impugnada pelo mandado de segurança transitou em julgado. De acordo com o entendimento atual da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o mandado de segurança deve
- (A) ter seu mérito apreciado independentemente de superveniente trânsito em julgado da decisão questionada pelo *mandamus*.
 - (B) ser julgado prejudicado, em razão do trânsito em julgado da decisão impugnada.
 - (C) ter seu mérito julgado e deverá ser indeferido, pois o *mandamus* não pode ser utilizado como sucedâneo da ação rescisória.
 - (D) ser julgado sem resolução do mérito, em razão da coisa julgada.
 - (E) ser convertido em ação rescisória.

27. José propôs ação de usucapião para obter a declaração de obtenção da propriedade de um imóvel registrado em nome de Pedro. A ação foi julgada procedente, ocorrendo o trânsito em julgado em 26/09/2014. Pedro, porém, descobriu uma testemunha que afirma que José não teve o tempo hábil de posse para a aquisição da propriedade pela usucapião. Foi proposta, em 20.09.2019, pelo advogado de Pedro ação rescisória. O juiz deverá
- (A) não conhecer da ação rescisória, tendo em vista que decorreu prazo superior a dois anos do trânsito em julgado.
 - (B) a descoberta de nova testemunha não se enquadra no conceito de “documento novo”, requisito para a propositura da ação rescisória, razão pela qual esta deve ser indeferida sem julgamento do mérito.
 - (C) a rescisória deve ser conhecida, tendo em vista que não transcorreu o prazo decadencial para a propositura de ação rescisória em razão da prova nova que pode ser testemunhal.
 - (D) a prova testemunhal, para ser aceita como “prova nova”, demandaria a existência de pelo menos um indício de prova documental, também nova, a embasar o fundamento da ação rescisória.
 - (E) a descoberta de nova testemunha não se enquadra no conceito de “documento novo”, requisito para a propositura da ação rescisória, razão pela qual esta deve ser julgada improcedente, com julgamento do mérito.
28. Ocorrendo a duplicidade de intimações, por meio de intimação eletrônica e por meio do Diário de Justiça
- (A) deve prevalecer a primeira intimação, seja a intimação eletrônica ou a do Diário Oficial.
 - (B) a intimação eletrônica prevalece sobre a publicação no Diário de Justiça.
 - (C) deve prevalecer a última intimação, seja a intimação eletrônica ou a do Diário Oficial.
 - (D) a publicação no Diário de Justiça prevalece sobre a intimação eletrônica.
 - (E) devem ser canceladas ambas as intimações, devendo ser realizada nova intimação, sob pena de prejuízo ao direito da parte de ser comunicada de forma inequívoca dos atos processuais.
29. O fenômeno da estabilização da tutela provisória ocorre
- (A) na tutela de evidência, caso a decisão que a deferiu não seja objeto de recurso.
 - (B) na tutela antecipada requerida em caráter incidente, caso a decisão que a deferiu não seja objeto de recurso.
 - (C) na tutela cautelar requerida em caráter antecedente, caso a decisão que a deferiu não seja objeto de recurso ou não tenha sido apresentada contestação.
 - (D) na tutela de evidência e na tutela de urgência, caso a decisão que a deferiu não seja objeto de recurso ou não tenha sido apresentada contestação.
 - (E) na tutela antecipada requerida em caráter antecedente, caso a decisão que a deferiu não seja objeto de recurso ou não tenha sido apresentada contestação.
30. A técnica de ampliação de julgamento deve ser utilizada apenas quando o resultado da apelação for
- (A) não unânime, independentemente de ser julgamento que reforma ou mantém a sentença impugnada.
 - (B) unânime, independentemente de ser julgamento que reforma ou mantém a sentença impugnada.
 - (C) não unânime e de ser julgamento que reforma a sentença impugnada.
 - (D) não unânime e de julgamento que mantém a sentença impugnada.
 - (E) for unânime e de ser julgamento que reforma a sentença impugnada.
31. A inconstitucionalidade de uma lei municipal pode ser objeto de
- (A) ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado, tendo como parâmetro exclusivamente a Constituição Estadual.
 - (B) ação de descumprimento de preceito fundamental proposta pelo Prefeito perante o Tribunal de Justiça do Estado.
 - (C) ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado, tendo como parâmetro exclusivamente a Constituição Federal.
 - (D) ação de descumprimento de preceito fundamental proposta pelo Prefeito perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (E) ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado, tendo como parâmetro normas da Constituição Federal de reprodução obrigatória pelos Estados.

32. Sobre os juizados especiais da Fazenda Pública, pode-se corretamente afirmar:

- (A) a sua competência é relativa, podendo as partes ajuizarem demanda na justiça comum, se assim o desejarem.
- (B) poderá haver conciliação, transação e desistência pela Fazenda Pública, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.
- (C) a Fazenda Pública terá prazo em dobro para recorrer no âmbito dos juizados especiais da Fazenda Pública.
- (D) há reexame necessário em caso de condenação da Fazenda Pública.
- (E) as causas que tiverem por objeto a impugnação de demissão de servidor público devem ser propostas no juizado especial, se o somatório dos 12 últimos vencimentos for inferior a 60 salários mínimos.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

33. João é cidadão de São José dos Campos e desde o seu nascimento observa o crescimento e modernização da cidade. No dia de hoje, lendo os jornais, viu que há um edital de licitação para construção de uma ponte monumental no centro da cidade, e verifica que a obra está estimada em um bilhão de reais. Nota que a obra passará pelo centro histórico da cidade e entende que isso desvalorizará muito a localidade pois a arquitetura do local, que é antiga, perderá seu encantamento. Sabendo que você é procurador do Município, lhe questiona como deverá agir para impedir que a obra seja realizada. A resposta correta para tal questionamento é que João

- (A) somente poderá fazer uma denúncia ao Ministério Público Estadual que deverá propor uma ação civil pública de imediato.
- (B) deverá requerer ao Ministério Público que inicie um inquérito civil para apuração de ofensa ao patrimônio urbanístico e cultural, uma vez que tal investigação é obrigatória antes do ingresso de uma ação coletiva.
- (C) poderá propor ação popular tendo legitimidade ativa para esse fim sendo que o Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem.
- (D) tem legitimidade para propor ação civil pública em concorrência com o Ministério Público, sendo facultado a qualquer cidadão se habilitar como litisconsorte ou assistente dos autores.
- (E) poderá requerer que o Ministério Público faça um Termo de Ajustamento de conduta com o Município, uma vez que tal órgão tem poder coercitivo para determinar a assinatura deste documento desde que verificado o contraditório em Inquérito Civil que deve anteceder a medida.

34. Sobre a Ação Civil Pública, é correto afirmar que

- (A) poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.
- (B) o juiz não poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, mesmo diante de um fato que possa causar dano irreparável à parte.
- (C) sendo o Ministério Público legitimado ativo dessas ações, somente ele pode figurar como parte e não atuará como fiscal da lei.
- (D) se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão as peças a quaisquer dos legitimados ativos a fim de que adotem as providências cabíveis.
- (E) o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias úteis.

35. Maria foi acometida de uma grave doença que resultou na amputação dos dedos de suas mãos e parte dos pés. Era uma pessoa saudável, que após a alta médica do hospital assume uma nova condição de vida. Maria está lúcida e tem ciência das adaptações que terá que fazer no seu cotidiano. Nessas circunstâncias, é correto afirmar que

- (A) Maria não é considerada pela lei como pessoa totalmente deficiente, pois apenas perdeu as funções motoras de alguns membros, sendo que não teve comprometida sua capacidade cognitiva.
- (B) diante de tal quadro Maria não mais poderá ser nomeada curadora de outras pessoas dada sua mobilidade reduzida.
- (C) se Maria tiver processos judiciais e administrativos em andamento, ou se necessitar fazer uso dessas formas de acesso à justiça, será aplicada a prioridade de trâmite em todos os atos e diligências.
- (D) o consentimento prévio, livre e esclarecido de Maria é dispensável para a realização de pesquisa científica, pois a doença que levou as amputações deve ser estudada a bem do interesse público.
- (E) nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, Maria gozará de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria devendo ter reserva de, no mínimo, 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais para pessoas como ela.

36. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, o que se dará
- (A) somente pela autoridade judiciária competente independentemente de investigação policial.
 - (B) quando os fatos se derem em um Município que não seja a sede de comarca, o delegado de polícia dará tal ordem, com a necessidade da ratificação pelo Juiz.
 - (C) pelo próprio policial que realizar o flagrante, mesmo que haja delegado no Município, com a necessidade da ratificação pelo Juiz.
 - (D) quando não for o juiz quem der a ordem de afastamento, esse será comunicado no prazo máximo de 24 horas e decidirá, em 72 horas sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada.
 - (E) o Ministério Público deve ser comunicado pela autoridade que deu ordem de afastamento no momento de sua execução, independentemente da apreciação da medida pelo Juízo.
37. Sobre o mandado de segurança, previsto na Lei nº 12. 016/2009, é correto afirmar que
- (A) os efeitos da medida liminar persistirão até a prolação da sentença final, não podendo ser revogadas ou suspensas.
 - (B) ao despachar a inicial de um mandado de segurança o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste as informações.
 - (C) do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá agravo de instrumento e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá recurso especial e/ou extraordinário para o órgão competente do tribunal que integre.
 - (D) o ingresso de litisconsorte ativo será admitido mesmo após o despacho da petição inicial, mas até a apresentação das informações.
 - (E) será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 3 (três) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.
38. Nos termos do art. 4º § 3º da Lei nº 10.257/01, os instrumentos da política urbana que demandem dispêndio de recursos por parte do Poder Público Municipal devem ser objeto de controle social. Para exercício desse controle, de rigor o conhecimento desses instrumentos, Nesse contexto, sobre a desapropriação com pagamento em títulos, previsto na lei nº 10.257/01, é correto afirmar que
- (A) decorridos dez anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
 - (B) os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Congresso Nacional e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.
 - (C) o Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de dez anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.
 - (D) o aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nesses casos, o devido procedimento licitatório.
 - (E) o valor real da indenização computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.
39. Sobre o Parcelamento do Solo Urbano, tutelado pela Lei nº 6.766/79, é certo afirmar que
- (A) é permitido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, mesmo antes de serem tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.
 - (B) compete à legislação Estadual definir, para cada zona em que se divida o território dos seus Municípios, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento.
 - (C) consideram-se comunitários os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.
 - (D) aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 120 (cento e vinte) dias, sob pena de caducidade da aprovação.
 - (E) o Oficial do Registro de Imóveis que efetuar o registro em desacordo com as exigências desta Lei ficará sujeito a multa equivalente a 10 (dez) vezes os emolumentos regimentais fixados para o registro, na época em que for aplicada a penalidade pelo juiz corregedor do cartório, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis.

40. Caso o adquirente de um lote desista da compra terá como consequência a devolução do valores pagos com alguns descontos. Dentre esses descontos, nos termos da lei vigente se encaixam
- (A) os valores correspondentes à eventual fruição do imóvel, até o equivalente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor atualizado do contrato, cujo prazo será contado a partir da data da transmissão da posse do imóvel ao adquirente até sua restituição ao loteador.
 - (B) montante devido por cláusula penal e despesa administrativas, inclusive arras ou sinal, limitado a um desconto de 5% do valor atualizado do contrato.
 - (C) os encargos moratórios relativos às prestações devidas pelo adquirente.
 - (D) os débitos de impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana, contribuições condominiais, associativas ou outras de igual natureza que sejam a estas equiparadas e tarifas vinculadas ao lote, bem como tributos, custas e emolumentos incidentes sobre a restituição e/ou rescisão.
 - (E) a comissão de corretagem, mesmo que não integrada ao preço do lote.

DIREITO TRIBUTÁRIO

41. João é proprietário de imóvel localizado em área urbanizável, assim considerada pela lei local, sendo certo que referida área somente conta com um posto de saúde a uma distância de 2 quilômetros do imóvel de propriedade de João. No ano de 2019, João recebeu carnê para pagamento do IPTU. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) há ilegalidade na cobrança porque não foi observada a existência de todos os melhoramentos previstos no Código Tributário Nacional, para fins de exigência do imposto.
 - (B) há inconstitucionalidade na cobrança porque, estando o imóvel localizado em área urbanizável, é sujeito à incidência do ITR e não do IPTU.
 - (C) há inconstitucionalidade na cobrança porque o imóvel é imune à tributação em razão de sua localização.
 - (D) a exigência é legítima porque, em razão da localização do imóvel, a incidência do imposto não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no Código Tributário Nacional.
 - (E) a exigência é legítima e está de acordo com o Código Tributário Nacional, em razão da existência do posto de saúde a uma distância máxima de 3 quilômetros do imóvel considerado.

42. Se em certo Município "X" for publicada, em 20 de dezembro de 2019, lei que venha a fixar a base de cálculo do IPTU, esta entrará em vigor
- (A) na data de sua publicação, se assim estiver expresso.
 - (B) no prazo de 90 dias contados de sua publicação.
 - (C) a partir de 1º de janeiro de 2020.
 - (D) na data nela prevista.
 - (E) no prazo de 45 dias contados de sua publicação, caso omissa a lei quanto à cláusula de vigência.
43. A imunidade recíproca consiste na limitação ao poder de tributar que se impõe aos entes tributantes. A esse respeito, é correto afirmar que
- (A) veda a instituição de tributos uns dos outros.
 - (B) é extensiva às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere aos impostos aos quais se aplica, vinculados a suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
 - (C) veda a instituição de todos os impostos vinculados às suas respectivas atividades.
 - (D) exonera o promitente comprador de bem imóvel, desde que de propriedade de qualquer das pessoas da administração direta, da obrigação de pagar o IPTU, enquanto não lhe for transmitida a propriedade.
 - (E) aplica-se ao patrimônio, renda ou serviços das empresas estatais, relacionados com a exploração de atividades econômicas, ainda que regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.

44. Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente a lei pode estabelecer o fato gerador da obrigação principal e da acessória.
- (B) Constitui majoração do tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.
- (C) Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação interna, mas não serão observados pela que lhes sobrevenha.
- (D) Os decretos, ainda que versem sobre tributos e relações a eles pertinentes, não estão compreendidos na expressão "legislação tributária", posto que, expedidos pelo Poder Executivo, são fontes secundárias do direito tributário.
- (E) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

- 45.** As condutas constantes das alternativas a seguir constituem crimes contra a ordem tributária. Dentre elas, a única possível de ser praticada por funcionário público, nos termos da Lei nº 8.137/90, é a de
- (A) extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social.
 - (B) exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal.
 - (C) deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.
 - (D) utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.
 - (E) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.
- 46.** Em sede de execução fiscal, conforme disciplinada pela Lei nº 6.830/80, a arrematação será precedida de edital, afixado no lugar de costume, na sede do Juízo, e publicado em resumo, uma só vez, gratuitamente, como expediente judiciário, no órgão oficial. O prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão não poderá ser superior a _____, nem inferior a _____ dias.
- As lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:
- (A) 10 ... 5
 - (B) 15 ... 5
 - (C) 20 ... 10
 - (D) 30 ... 10
 - (E) 60 ... 30
- 47.** Determinado contribuinte promoveu ação anulatória de lançamento tributário na qual deixou de promover o depósito do montante integral. Diante da ausência do referido depósito, a Fazenda Pública se manifesta requerendo a extinção do feito, caso em que o Juiz deverá
- (A) acatar a manifestação da Fazenda e extinguir o feito, em razão da ausência da causa suspensiva do crédito regulamente constituído.
 - (B) intimar o autor para emendar a inicial e requerer autorização para efetuar o depósito do crédito lançado.
 - (C) dar continuidade ao feito porque o depósito do montante integral não é condição de procedibilidade da ação anulatória, suspendendo meramente a exigibilidade do crédito.
 - (D) intimar o autor para emendar a inicial e requerer a concessão da tutela de evidência.
 - (E) intimar a Fazenda Pública para que promova, incontinenti, a execução fiscal a fim de que ambas as ações sejam analisadas conjuntamente.
- 48.** De acordo com as disposições da Lei nº 8.397/92, o indeferimento da medida cautelar fiscal não obsta a que a Fazenda Pública intente a execução judicial da Dívida Ativa, nem influi no julgamento desta, salvo se o Juiz, no procedimento cautelar fiscal, acolher, dentre outras, alegação de
- (A) isenção.
 - (B) compensação.
 - (C) parcelamento.
 - (D) anistia.
 - (E) moratória.

49. A respeito das regras constitucionais sobre o pagamento de precatórios judiciais, é correto afirmar que

- (A) os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão a qualquer título, tenham 60 (sessenta) anos de idade serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos.
- (B) é admitido, para fins de pagamento com preferência, o fracionamento do débito de natureza alimentar cujos titulares originários tenham 60 (sessenta) anos de idade, sendo o restante pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.
- (C) é admitido, para fins de pagamento com preferência, o fracionamento do débito, assim como a emissão de precatório complementar ou suplementar, de maneira a resultar em débitos considerados como de pequeno valor pela legislação.
- (D) não é possível aos Estados e Municípios fixar, por leis próprias, valores distintos para definição do conceito de débito de pequeno valor, para fins de pagamento prioritário de dívidas decorrentes de decisão judicial transitada em julgado.
- (E) é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 31 de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

50. Segundo o regime constitucional dos empréstimos públicos e o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, fixar limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cabe privativamente

- (A) ao Congresso Nacional.
- (B) à Câmara dos Deputados.
- (C) ao Senado Federal.
- (D) à Secretaria do Tesouro Nacional.
- (E) ao Conselho de Gestão Fiscal.

51. Sobre as disponibilidades de caixa dos entes públicos no Brasil, é correto afirmar que

- (A) deverão ser depositadas no Banco Central do Brasil.
- (B) as disponibilidades de caixa da União deverão ser depositadas no Banco do Brasil S/A e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em instituição financeira oficial.
- (C) poderão ser aplicadas em títulos privados, desde que contem com *rating* de crédito máximo por, no mínimo, duas agências credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- (D) as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central do Brasil e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em instituições financeiras oficiais.
- (E) serão aplicadas de modo conjunto com os recursos dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, em atendimento ao princípio da unidade de tesouraria.

52. Caso o Governador do Estado X deseje propor à Assembleia Legislativa lei com o objetivo de constituir fundo especial de fomento à cultura, vinculando a ele cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, é correto afirmar que a medida seria

- (A) inconstitucional, pois é vedada a vinculação de receitas públicas de qualquer natureza a fundo, órgão ou despesa.
- (B) inconstitucional, pois, embora seja possível a vinculação de receitas tributárias para essa finalidade, o percentual indicado é superior ao permitido pela Constituição.
- (C) constitucional, pois não há vedação na Constituição à vinculação de receita de impostos a fundo especial, ainda que constituído com finalidade diversa da almejada pelo Governador.
- (D) inconstitucional, pois a criação de fundos públicos não depende de lei, mas sim de decreto do próprio Governador, por se tratar de matéria ligada à administração do Estado.
- (E) constitucional, pois a Constituição prevê expressamente a possibilidade de vinculação de receitas tributárias para a constituição de fundo especial com essa finalidade.

53. Segundo a Lei nº 4.320/1964, é o “ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”:
- (A) a nota de liquidação da despesa pública.
 - (B) o precatório judicial.
 - (C) a ordem de pagamento da despesa pública.
 - (D) o crédito orçamentário.
 - (E) o empenho da despesa pública.
54. O órgão responsável pela execução orçamentária do Município X precisa realizar o empenho de um contrato cujo valor total varia de acordo com o consumo de energia elétrica de diversas unidades a ser apurado a cada mês, para pagamento no mês subsequente. Tendo em vista essa situação e o previsto na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que
- (A) será dispensada a emissão da nota de empenho por se tratar de despesa cujo valor total não pode ser definido com segurança.
 - (B) o empenho deverá ser feito por estimativa, permitido o empenho global apesar do pagamento ocorrer de forma parcelada.
 - (C) o empenho deverá ser feito após a medição de cada mês, pelo valor específico a ser pago, não se admitindo o empenho por estimativa.
 - (D) não é possível o cancelamento parcial do saldo de empenho feito por estimativa eventualmente não utilizado após a apuração do valor a ser pago a cada mês.
 - (E) o empenho deverá ser realizado ao final do exercício de forma global e retroativa, de maneira a cobrir o valor exato da nota de liquidação.
55. Segundo a legislação nacional, a destinação de recursos públicos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas
- (A) é expressamente vedada.
 - (B) é autorizada apenas à União Federal, mediante prévia aprovação de 3/5 (três quintos) do Congresso Nacional em sessão única.
 - (C) deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
 - (D) não compreende a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas.
 - (E) é legal quando objetivar socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.
56. A respeito de regime de despesa por adiantamento, é correto afirmar que
- (A) não se fará adiantamento a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos.
 - (B) consiste na entrega de numerário a servidor, a critério da administração, para o fim de conferir maior publicidade à realização do gasto.
 - (C) será sempre utilizado preferencialmente nos casos de aquisição de material, fornecimento de bens e adjudicação de obras e serviços.
 - (D) se trata do regime ordinário de pagamento de despesas, após o prévio empenho na dotação adequada.
 - (E) pressupõe a prévia verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- ### DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL
57. Imagine que, em missão oficial ao exterior, o Prefeito de São José dos Campos tenha o computador pessoal que utiliza, de propriedade da Prefeitura, furtado. Nesse caso, é correto afirmar que o agente criminoso
- (A) apenas será punido pela Lei Penal brasileira se for brasileiro.
 - (B) apenas será julgado pela Lei Penal brasileira se não for condenado no exterior.
 - (C) apenas será punido pela Lei Penal brasileira se o fato também for considerado crime no exterior.
 - (D) cumprirá pena no Brasil sem que se leve em conta a pena cumprida no exterior.
 - (E) fica sujeito à Lei Penal brasileira, ainda que absolvido no exterior.
58. A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. A afirmação: “o dever de agir incumbe a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado”
- (A) está expressamente prevista no CP.
 - (B) é a expressão supralegal da teoria da “imputação objetiva”.
 - (C) é a expressão supralegal da teoria da “cegueira deliberada”.
 - (D) deriva de construção jurisprudencial consolidada em súmula de Tribunal Superior.
 - (E) admite a aplicação da responsabilidade objetiva no Direito Penal.

59. Assinale a alternativa correta, no que concerne à ação penal (CP, art. 100 a 106).

- (A) Os crimes de ação pública não admitem, em nenhuma hipótese, ação de iniciativa privada.
- (B) Não é admissível o perdão do ofendido depois que passa em julgado a sentença condenatória.
- (C) O direito de queixa pode ser exercido quando renunciado tacitamente, mas desde que se respeite o prazo decadencial.
- (D) No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação é extinto.
- (E) A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, sempre, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.

60. É qualificado, se cometido contra o patrimônio do Município, o crime de

- (A) furto (CP, art. 155, § 4º).
- (B) usurpação de águas (CP, art. 161, I).
- (C) esbulho possessório (CP, art. 161, II).
- (D) dano (CP, art. 163).
- (E) apropriação indébita (CP, art. 168).

61. No que concerne ao atual entendimento sumulado pelo STF e STJ, é correto afirmar que

- (A) é pública condicionada a ação penal por crime de sonegação fiscal (609-STF).
- (B) a extinção do mandato do prefeito impede a instauração de processo pela prática dos crimes previstos no art. 1º do Decreto-Lei nº 201/1967 (703-STF).
- (C) quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, computando-se o acréscimo decorrente da continuação (497-STF).
- (D) a configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal (500-STJ).
- (E) é atípica, em situação de autodefesa, a conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial (522-STJ).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

62. É prerrogativa do Prefeito Municipal, garantida pelo Código de Processo Penal,

- (A) a dispensa de prestar compromisso, quando ouvido como testemunha e os fatos forem relacionados ao cargo (CPP, art. 208).
- (B) a escolha, sob sua exclusiva conveniência, de local, dia e hora para prestar depoimento em Juízo (CPP, art. 221).
- (C) ser recolhido a prisão especial antes e depois do julgamento condenatório definitivo (CPP, art. 295).
- (D) a isenção do serviço como jurado no Tribunal do Júri (CPP, art. 437).
- (E) a possibilidade de apresentação de defesa prévia quando acusado de qualquer crime (CPP, art. 514).

63. Nos exatos termos do art. 302 do CPP, considera-se em flagrante delito quem

- (A) cometeu a infração penal nas últimas 24h.
- (B) é imediatamente reconhecido como autor do crime pela vítima.
- (C) é avistado em conduta que gera fundada suspeita, logo após o crime.
- (D) é encontrado com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- (E) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

64. Nos termos da Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, constitui ato administrativo de competência do Prefeito, que deve ser expedido como portaria:

- (A) medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.
- (B) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados não privativos de lei.
- (C) normas de efeitos externos, não privativas de lei.
- (D) fixação e alteração de preços.
- (E) autorização para contrato e dispensa de servidores.

- 65.** A respeito da Administração Municipal, nos termos da Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, é correto afirmar que
- (A) a criação, transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização ou extinção das sociedades de economia mista, autarquias, fundações e empresas públicas dependem de prévia aprovação, por dois terços, da Câmara Municipal.
 - (B) os órgãos da Administração indireta ficam obrigados a constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA e os órgãos da Administração direta, comissão de controle ambiental, visando à proteção da vida, do meio ambiente e das condições de trabalho dos seus servidores, conforme dispuser o decreto.
 - (C) é obrigatória a declaração pública de bens, depois da posse e antes do desligamento, que deverá constar, na íntegra, do prontuário de todo dirigente de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundação instituída ou mantida pelo Poder Público.
 - (D) a Administração Pública direta, indireta, fundacional ou autárquica obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, descentralização, democratização, participação popular, transparência e valorização dos serviços públicos.
 - (E) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas da Administração Pública direta, indireta ou fundacional deverá ter caráter educativo, informativo e de orientação social, não podendo incluir nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, sendo vedada seu custeio por entidades privadas.
- 66.** Dispõe a Lei Orgânica de São José dos Campos que o Município pode organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, o serviço público de transporte coletivo de passageiros, que terá caráter essencial, garantindo:
- (A) proibição do uso dos meios das concessionárias ou permissionárias, tais como garagem, pessoal, ônibus, estoques, equipamentos e outros, para fins alheios ao objetivo do serviço, exceto para transporte fretado de passageiros ou de cargas.
 - (B) participação dos usuários na gestão, especialmente quanto à fixação de tarifas, itinerários, frequência, qualidade do serviço e política municipal de transportes públicos.
 - (C) emissão e venda, privada e constante, de passes com validade permanente.
 - (D) desconto de cinquenta por cento a todo portador de deficiência física, mental ou sensorial, devidamente comprovada por laudo médico, psicológico ou psicopedagógico, extensível a um acompanhante, desde que atestada a sua necessidade na locomoção do acompanhado, qualquer que seja o motivo do deslocamento.
 - (E) que as majorações das tarifas de transporte coletivo só poderão ser efetuadas trinta dias após o envio da planilha de custos ao setor competente.
- 67.** Nos termos da Constituição Federal,
- (A) o trabalhador avulso tem os mesmos direitos assegurados ao trabalhador temporário.
 - (B) não há diferença entre o trabalho avulso e o trabalho eventual.
 - (C) o trabalhador avulso tem igualdade de direitos com o trabalhador que possui vínculo empregatício.
 - (D) o trabalhador avulso deve ser contratado diretamente pela empresa tomadora dos serviços, sem qualquer intermediação.
 - (E) os direitos do trabalhador avulso precisam estar previstos em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- 68.** De acordo com a legislação trabalhista, o regime de teletrabalho pressupõe
- (A) a prestação de serviços, no mínimo em metade da jornada, fora das dependências do empregador.
 - (B) a prestação de serviços exclusivamente no domicílio do empregado.
 - (C) que referida condição esteja estabelecida tácita ou expressamente no contrato individual de trabalho.
 - (D) a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constitua como trabalho externo.
 - (E) a prestação de serviços com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, constitua-se como trabalho externo.
- 69.** A responsabilidade solidária das empresas que integram o mesmo grupo econômico do empregador
- (A) depende da configuração do grupo econômico como empregador único.
 - (B) emerge de dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho e não depende da prestação de serviços a todas as empresas do grupo.
 - (C) pressupõe a existência de uma empresa mãe, que comanda as demais integrantes do grupo.
 - (D) pressupõe a desconsideração da personalidade jurídica do empregador.
 - (E) pressupõe a sucessão de empresas ou de empregadores.

70. Integram o salário do empregado

- (A) todas as importâncias variáveis que decorrem do contrato de trabalho.
- (B) as gorjetas e as ajudas de custo.
- (C) os prêmios e os abonos pagos pelo empregador.
- (D) as gratificações legais e as comissões.
- (E) as gorjetas e as diárias de viagem que superam 50% do salário contratual.

71. Será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, para os estabelecimentos com

- (A) mais de vinte trabalhadores.
- (B) vinte ou mais trabalhadores.
- (C) dez trabalhadores.
- (D) dez ou mais trabalhadores.
- (E) mais de sessenta trabalhadores.

72. De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, a empregada que tem a gravidez confirmada no curso do contrato de trabalho por prazo determinado

- (A) não goza da estabilidade provisória destinada à gestante se não houver previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- (B) goza da estabilidade provisória destinada à gestante.
- (C) precisa comprovar a gravidez perante o empregador, com vistas ao gozo da estabilidade provisória.
- (D) só pode ser despedida por falta grave, mediante inquérito administrativo.
- (E) precisa ser afastada das atividades insalubres em qualquer grau.

73. Em relação aos dirigentes sindicais, e em conformidade com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que

- (A) é assegurada a estabilidade provisória, apenas se a comunicação do registro da candidatura ou da posse for realizada no prazo legalmente estabelecido.
- (B) a estabilidade pode contemplar mais de sete dirigentes e igual número de suplentes, desde que haja previsão em convenção coletiva de trabalho.
- (C) a estabilidade não subsiste no caso de extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato.
- (D) é assegurada a estabilidade provisória quando o registro da candidatura é realizado no período de aviso prévio.
- (E) o dirigente sindical não pode sofrer despedida arbitrária, mas pode ser despedido por justa causa, independentemente de inquérito judicial.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

74. Determinado empregado celebrou acordo extrajudicial com seu empregador, e pretende a homologação pelo juiz do trabalho da localidade. Nesta situação, é correto afirmar que as partes

- (A) poderão dispensar a representação por advogado, tendo em vista o *jus postulandi* assegurado na legislação trabalhista.
- (B) poderão ser representadas por advogado comum, desde que seja da estrita confiança de ambas.
- (C) deverão ser representadas pelos respectivos sindicatos.
- (D) não poderão ser representadas por advogado comum.
- (E) não poderão recorrer na hipótese de recusa do magistrado à homologação do acordo.

75. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar

- (A) os dissídios que decorrem de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.
- (B) as demandas oriundas das relações de trabalho, inclusive aquelas de natureza estatutária e que vinculam os servidores públicos da administração pública direta.
- (C) as demandas que decorrem de ilícitos penais praticados em audiência trabalhista.
- (D) os conflitos de competência entre juízes do trabalho e juízes de direito não investidos de jurisdição trabalhista.
- (E) as demandas administrativas e judiciais que envolvem direitos de seus magistrados e servidores.

76. Na Justiça do Trabalho, os honorários de sucumbência

- (A) não são devidos ao advogado que esteja atuando em causa própria.
- (B) devem ser revertidos à parte representada, reclamante ou reclamado.
- (C) não são devidos nas ações em que a parte está assistida pelo sindicato de sua categoria.
- (D) podem ser compensados quando houver procedência parcial.
- (E) são devidos nas ações contra a Fazenda Pública e naquelas em que o sindicato atua como substituto processual.

- 77.** Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, o arquivamento da reclamação motivado pela ausência do reclamante em audiência
- (A) inviabiliza o ajuizamento de nova reclamação, tendo em vista a perempção.
 - (B) acarreta a condenação do reclamante no pagamento de custas, ainda que seja beneficiário da justiça gratuita.
 - (C) acarreta a coisa julgada material, se não interposto o recurso ordinário no prazo legal.
 - (D) interrompe a prescrição, desde que o ajuizamento tenha ocorrido perante o juízo competente.
 - (E) impõe a perda do direito de demandar na Justiça do Trabalho pelo prazo de 12 (doze) meses.
- 78.** Diante de expressa disposição da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que os embargos de declaração
- (A) devem ser interpostos para correção de erros materiais na sentença, sob pena de preclusão.
 - (B) apenas suspendem o prazo para interposição de outros recursos, na hipótese de irregularidade de representação.
 - (C) podem ser opostos para sanar manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos de um recurso.
 - (D) interrompem o prazo para interposição de outros recursos em qualquer situação, ficando excepcionada apenas a hipótese de intempestividade.
 - (E) admitem o efeito modificativo nos casos de omissão e obscuridade no julgado, independentemente de oitiva da parte contrária.
- 79.** No processo do trabalho, em relação ao depósito recursal, é correto afirmar que
- (A) será feito em conta vinculada do fundo de garantia do tempo de serviço, em nome do trabalhador.
 - (B) será reduzido pela metade quando o recorrente for entidade sem fins lucrativos.
 - (C) será reduzido pela metade quando o recorrente for entidade filantrópica.
 - (D) não pode ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
 - (E) excepcionalmente, será devido quando se tratar de sentença não condenatória.
- 80.** Considerando o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) a decisão judicial que viola cláusula de sentença normativa transitada em julgado não pode ser desconstituída por ação rescisória.
 - (B) a revelia na ação rescisória impõe ao requerido a confissão ficta quanto à matéria de fato.
 - (C) é cabível a ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação.
 - (D) admite-se o ajuizamento de ação rescisória de rescisória anterior, não havendo restrição quanto à origem do vício apontado.
 - (E) não é cabível o pedido de tutela provisória em ação rescisória.

